COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 20$00 N.º 35 DEZEMBRO 1988

A Regra e a Excepção

Treze anos após o início da ocupação de Timor-Leste, o regime de Jacarta continua a mostrar-se incapaz de "convencer" os timores e o mundo da justeza da sua decisão de anexar pela violência aquele território.

Esta incapacidade contribuiu decisivamente para manter viva a questão, na opinião pública e na consciência de alguns políticos, para clarificar a natureza do poder instalado na Indonésia e as relaç ões entre este e os Estados que se proclamam "amantes do direito e da democracia" e para pôr em causa as teorias que demonstram por A =B que, naquelas circunstâncias, a resistência da população timorense, e da guerrilha em particular, ao invasor é impossível ou, quando muito, simples questão de tempo.

O impasse político-militar a que se chegou não significa, porém, que a situação do problema esteja estacionária. Elementos novos têm surgido que, se não p õem em causa que está para ficar e durar, isto é, que a sua solução terá de ser procurada a médio/longo prazo, vêm, contudo, renovar-lhe o conteúdo.

O primeiro destes elementos, e que já aqui referimos por várias vezes, é o crescendo da movimentação estudantil não só em Dili, embora especialmente aí, como também noutras cidades do território. Aqueles que acreditavam que a resistência eram os restos dos saudosistas de 74/75 e que a Indonésia estava a ganhar, com os seus programas de "educação e desenvolvimenteo", a geração pós-anexação, estarão desiludidos com a determinação oferecida pelos jovens estudantes timorense nas ruas da capital do seu país. O que poderia parecer, em Julho de 87, um acto espontâneo de cólera sem consequências de maior mostrou, ao longo deste ano de 1988, ser a consciência colectiva de uma descriminação imposta para benefício do poder colonizador. E como a resposta deste poder tem sido (nem poderia sê-lo de maneira diferente) a repressão, a juventude estudantil está a tornar-se uma fonte de recrutamento para a Resistência armada.

O ocupante tem consciência desta ameaça. Os apelos do governador indonésio Mário Carrascalão para a abertura do território não têm apenas a ver com operações de cosmética para inglês (ou norte-americano, ou australiano, ou...)vêr. Representam a tentativa de aliviar a pressão social pela entrada de capitais e de javaneses e pela saída de timores.

O azar de Carrascalão e de quem lhe paga é que os tempos na Indonésia não estão propícios a tais tentativas. Os preços do petróleo, ainda a principal fonte de receitas da Indonésia em divisas, continuam abaixo do estimado para o Orçamento Geral do Estado (16 US dólares/barril) e a produção industrial virada para a exportação, se bem que com um crescimento significativo, não pode ainda aspirar a tapar aquele buraco. A austeridade e as restrições orçamentais vão assim continuar (os funcionários públicos, talvez a maior classe social urbana do país, vão entrar no seu 4.º ano de ausência de aumentos salariais). Por outro lado, a contagem decrescente para a sucessão de Suharto já começou, com os vários potenciais candidatos a procurarem colocar-se na melhor posição. As tensões dominantes/dominados entrelaçam-se com as tensões burocracia civil/casta militar, "duros"/"moles".

Estas tensões não deixarão de atravessar a política externa indonésia e serão mais patentes, precisamente,nas

NESTE NÚMERO:

- A Regra e a Excepção
- Repressão na Indonésia
- Encontro na Austrália

questões mais delicadas, como é o caso de Timor-Leste.

As teses de abertura e de procura de consenso, de convencer mais pela segurança de posições versus flexibilidade do que pela arrogância, defendidas pelo MNE Ali Alatas, poderão encontrar algumas dificuldades de validação perante os militares, numa lógica de luta interna pelo poder e de afirmação internacional. Mas o próprio Alatas saberá usar esta ameaça como arma de convencimento e um dos principais visados será, sem dúvida, Portugal.

Após anos de uma política externa que transformou o problema de Timor-Leste de "questão nacional" em "desastre nacional", Portugal evidenciou, ao longo deste ano,alguma iniciativa diplomática que lhe trouxe importantes vitórias e o relançar do problema na arena mundial. Contudo, apesar destes apectos positivos que nos fazem crer que muito mais será possível alcançar, ela está ainda longe de ser capaz de responder aos meios, e à agressividade, postos em jogo pelo inimigo.

Dois factores pesam, porém, negativamente neste esforço: o acumulado de anos de derrotismo, de descrença e de subserviência relativamente a outras políticas externas mais poderosas; a ausência de uma política internacional que, sem ser nacionalista, afirme a nossa especificidade no mundo, que tenha uma política de alianças coerente com essa especificidade e de acordo com as relações de força que se estão a construir no momento presente.

As recentes tomadas de posição do governo português nas Nações Unidas, em que, juntamente com os EUA, a Grã-Bretanha, e a RFA, sancionou a política de "apartheid" do governo de Pretória, isolando-se do conjunto da comunidade internacional, levam-nos a pôr em dúvida a "sinceridade" da política portuguesa para Timor-Leste. No actual quadro, esta surge como uma excepção, contraditória com o conjunto da prática diplomática nacional. E, pior, pondo em causa os resultados de iniciativas que obtiveram resultados positivos. Pois países que têm apoiado Portugal na questão de Timor, como a Irlanda, e a Grécia ou os PALOP, podem deixar de dar crédito aos nossos argumentos ao verem a nossa posição para como regime de apartheid. A ser excepção, Timor-Leste arrisca-se a confirmar a regra de "vergonha nacional" que tem sido, todos estes anos, a nossa política externa.

ASSINALAR O 7 DE DEZEMBRO

Várias iniciativas marcam, entretanto, este 7 de Dezembro em Portugal.

Um grupo de jovens nacionalistas distribuiu milhares de panfletos nos principais pontos de passagem de Lisboa apelando a que se **"Oiça o grito deste Povo"** e organizaram uma exposição sobre a cultura maubere no Centro Comercial de Queluz que decorrerá entre 1 e 7 de Dezembro.

No dia 5 realizar-se-à uma sessão na Sociedade Nacional de Belas-Artes, organizada pela Fundação Borja da Costa, para o lançamento do livro **Cantolenda Maubere**, escrito por Fernando Sylvan e ilustrado por António P. Domingues, e para a inauguração da exposïção dos originais das pinturas que ilustram a obra.

A **CDPM** e **A Paz é Possível em Timor-Leste** promoverão no dia, no Anfiteatro da Biblioteca Nacional, uma sessão cultural que contará na primeira parte com a actuação da pianista **Maria João Pires** acompanhada pelos músicos **Aníbal Lima**, **Paulo Gaio Lima** e **Sylvie Gomez**, e na segunda parte com a projecção do filme feito na Austrália **A Sombra sobre Timor-leste.**

Também no Porto será assinalado o Dia Internacional de Solidariedade com duas iniciativas promovidas pela **Gesto Postal** com o apoio da **CDPM** e do grupo **Paz e Justiça para Timor-Leste**: uma no dia 7 sob o lema **No Mistério da Noite se Abre a Alma de Timor** e outra no dia 8, de tipo cultural, sob o lema **De Timor o Grito Também é em Português.** □

Repressão na Indonésia

A violação dos mais elementares direitos humanos (entre os quais o direito à autodeterminação) por parte da administração indonésia em Timor-Leste, não é um fenómeno isolado e particular mas é inerente ao tipo de regime totalitário que tomou o poder naquele país através de um dos golpes mais sangrentos da história da humanidade. A repressão selvagem a que são submetidos os cidadãos da Indonésia que ousam pensar e agir de forma diferente da estabelecida pelo poder militar, é a outra face do regime que impõe à nação timor uma opressiva dominação colonial.

Aqueles que tão sensíveis são às "melhorias" da situação dos direitos humanos em Timor-Leste, mostram-se, porém, assaz insensíveis à situação desses mesmos direitos no país ocupante. Porque a primeira só tem credibilidade se a segunda for esquecida. Porque a emancipação do povo timor é também a emancipação do povo da Indonésia.

Por isso há que alertar a opinião pública mundial para a repressão que se abate sobre ele.

FUZILAMENTOS...

Em entrevista dada ao diário japonês **Asahi Shimbun**, o advogado indonésio **C. Princen**, figura destacada na defesa dos direitos humanos no seu país e, por isso mesmo, impedido de dele sair, disse que dois antigos elementos do regimento de Cakrabirawa, a guarda presidencial do tempo de Sukarno, tinham sido executados, vinte anos depois de terem sido condenados à morte.

Esta notícia foi confirmada pela **Amnistia Internacional** que informou que os dois homens, de nome **Sukardjo** e **Giyadi Wignyosharjo**, ambos com mais de 60 anos de idade, foram levados das suas celas na prisão de Cipinang no dia 13 de Outubro e executados na noite de 15 para 16 em local ignorado. Sukardjo tinha sido preso em 5 de Outubro de 1965 e condenado à morte por um tribunal militar em 5 de Março de 1969, acusado de participação activa no Movimento do 30 de Setembro (o denominado "Golpe comunista" de 65). Giyadi foi preso em 4 de Outubro de 1965 e condenado à morte por um tribunal militar em 1 de Abril de 1968 pelo mesmo motivo.

De acordo com a **AI** estes foram os primeiros dos nove elementos do regimento de Cakrabirawa condenados à morte a serem executados.

Esta mesma organização afirma ter recebido informações que dois activistas muçulmanos, **Abdullah Umar** e **Bambang Sispoyo**, acusados de actividades subversivas e condenados à morte em 1985, teriam sido executados, respectivamente, em Abril e Junho ou Julho deste ano.

Segundo a Agência France Press, o governo indonésio recusou confirmar ou desmentir as execuções.

... PRISÕES, INTERROGATÓRIOS, ...

Entretanto o escritor **Pramoedya Toer**, continua sujeito a

interrogatórios e sob detenção domiciliária por os seus livros conterem **"ensinamentos que podiam encorajar as pessoas a lançarem-se em revoluç ões"**. (ver **Informação Timor-Leste,** n.º 34).

Figura de destaque nos meios oposicionistas ao regime, Pramoedya esteve preso entre 1965 e 1980, sem nunca ter sido julgado, acusado simplesmente de ser marxista. Espírito combativo, tinha sido encarcerado pelos holandeses pelos sus ideais independentistas e Sukarno fizera-o sofrer igual sorte pelos seus ensaios históricos anti-conformistas. Três dos seus irmãos estão também presos, um dos quais na ilha de Buru onde os militares ergueram um campo de extermínio. Pramoedya passou parte do seu tempo de prisão neste campo.

Significativo do reconhecimento internacional do valor deste intelectual, o **Pen International,** uma associação mundial de escritores, na sua reunião de delegados tida em Seul no mês de Setembro, decidiu por unanimidade apelar ao governo indonésio para libertar Pramoedya e permitir a livre difusão da sua obra. O presidente do Pen International, **Francis King,** declarou à imprensa que tinha escrito directamente a Suharto reiterando este apelo e pedindo liberdade de acção para a sua editora, a **Hasta Mitra,** assim como o levantamente das acusações aos estudantes **Bambang Subono** e **Isti Nugroho** por alegado envolvimento na venda dos livros proibidos de Pramoedya.

O já citado advogado de defesa dos direitos humanos **C. Princen** pediu, por outro lado, ao Procurador Geral para levantar a proibição aos livros do escritor. O **Asiaweek,** a **Reuter** e os correspondentes dos jornais japoneses foram avisados pelas autoridades para não darem publicidade ao caso, mas jornalistas e diplomatas australianos, suecos e dinamarqueses reponderam ao aviso visitando e entrevistando Pramoedya. Segundo fontes em Jacarta citadas pelo **Indonesia News Service**, mais de vinte pessoas, entre os quais alguns estudantes, foram presas por venderem cópias do seu livro **Rumah Kaca** (Casa de Vidro).

A Amnestia Internacional adoptou entretanto **Farid Madjid** como preso de consciência, detido por exercer os seus direitos de liberdade de expressão, e que está a ser julgado por actividades subversivas. Madjid foi mantido sob custódia militar durante ano e meio até ser levado a julgamento. Algumas das testemunhas de acusação denunciaram ter sido torturadas para a obtenção de "provas" contra o acusado. □

Diplomacia portuguesa e Convergência Nacionalista encontram-se na Austrália

Realizou-se no passado dia 13 de Outubro, no Arthur West Hall em Cabramatta (Austrália), um encontro entre o Embaixador Português acreditado naquele país, Dr. Luís Gomes, e a Convergência Nacionalista.

Participaram neste encontro, para além do Embaixador e do Cônsul-Geral de Portugal em Sydney, João Carrascalão, Vice-Presidente da UDT, Ramos-Horta e Roque Rodrigues, representantes da Fretilin, respectivamente, na ONU e na R.P. de Angola.

Dado o interesse de que se revestiu o encontro, o primeiro do género entre elementos da diplomacia portuguesa e representantes da Resistência no exterior, aqui transcrevemos excertos das várias intervenç ões feitas e publicadas em O Português na Austrália.

INTERVENÇÃO DE JOÃO CARRASCALÃO (UDT)

(...)

Nós não temos nada em comum com a Indonésia. Temos uma visão própria e não queremos pertencer à Indonésia. Ao fim de 13 anos de contestações temos demonstrado, de uma maneira bem evidente, que queremos e sabemos estar sózinhos e que também nós temos direito a um lugar na Comunidade das Nações. (...)

Ao fim de 13 anos verificamos, com satisfação, que a diplomacia portuguesa começa a movimentar-se com outras directrizes. Temos pela primeira vez a visita do Sr. Embaixador de Portugal. Há anos quando o Embaixador de Portugal visitou as comunidades portuguesas em Sydney pura e simplesmente ignorou a comunidade Timoresnse. (...)

É evidente que o esforço do Sr. Embaixador não vai ser coroado de êxito amanhã ou depois, sózinho também não poderá mover montanhas. A Indonésia é uma grande potência, é um país com 160 milhões de habitantes, com uma rede diplomática e apoiada por países que muitas vezes "fazem vista grossa" dos direitos humanos e do direito dos povos à autodeterminação.

A tarefa não é fácil. Compete a cada um de nós, Timorenses darmos todo o apoio à diplomacia portuguesa. O encontro de hoje é também uma ocasião histórica, não só pela visita das entidades portuguesas mas por ser a primeira vez que aparece publicamente, na Austrália, a Convergência Nacionalista formada pela UDT e FRETILIN.

Foi precisamente aqui em Sydney, que nasceu a ideia da convergência e se conseguiu sentar à mesa adeptos dos dois partidos políticos.

No encontro, então realizado, foi realçada a necessidade de se pensar seriamente no problema de Timor. Não quero com isto dizer que até aí o assunto tivesse sido levado a brincar. Não. Simplesmente, quando Portugal nos abandonou nós.eramos politicamente muito inexperientes. Na cena internacional não sabiamos exactamente que passos dar e que atitudes devíamos tomar. Só ao fim de duras experiências, de contactos internacionais e com várias entidades começámos a compreender os meandros da política.

Hoje, só o facto de nos sentarmos lado a lado demonstra já uma certa maturidade política. Houve muita gente que não compreendeu ou não quis compreender e por isso fomos duramente criticados.

O Português na Austrália

Um aspecto da "Mesa": da esquerda para a direita - Roque Rodrigues (Embaixador da Fretilin em Luanda), Alexandre Vassalo (Cônsul-Geral de Portugal em Sydney), João Carrascalão (Vice-Presidente da UDT), José Gomes (Embaixador de Portugal), Ramos Horta (Embaixador da Fretilin na ONU).

Agora, passado um ano e alguns meses, chegámos finalmente a uma plataforma de entendimento que culminou com a assinatura em Lisboa da Convergência Nacionalista, pelos chefes da delegação da FRETILIN no Exterior, Dr. Abílio de Araújo, e pelo Presidente do Comité dos Assuntos Políticos da UDT, Dr. Moisés do Amaral.

Com a assinatura da convergência a UDT e FRETILIN chegaram a um acordo que tem de ser cada vez mais reforçado. A aliança das lideranças não é suficiente, é necessário que as bases compreendam que só assim conseguiremos alcançar algum êxito.

A Convergência Nacionalista tem de ser aceite e apoiada por todos. A Convergência surgiu por os líderes de ambos os partidos terem concluído que era necessário estabelecer certas prioridades. E, logicamente a prioridade número um é a libertação de Timor.

Enquanto não tivermos a nossa própria casa não adianta pensarmos em ideologias. Só após a libertação de Timor devemos, então, defender os nossos interesses partidários e ideológicos. (...)

INTERVENÇÃO DE RAMOS-HORTA (FRETILIN)

(...)

O Dr. Luís Gomes desde longa data tem demonstrado um grande interesse e preocupação pela questão de Timor. Foi em 1982, com o então Primeiro-Ministro Pinto Balsemão e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Futcher Pereira, que foi desencadeada a maior ofensiva diplomática sobre a questão de Timor-Leste. Se não tivesse havido essa ofensiva diplomática a questão de Timor teria sido derrotada nas Nações Unidas. (...)

Nesse processo de 1982, um dos principais conselheiros do Dr. Balsemão era precisamente o Dr. Luis Gomes.

Tal como o Sr. João Carrascalão assinalou, foi aqui em Sydney, num clube de Cabramatta, que pela primeira vez discutimos um projecto de unidade nacional. Foram meses e meses de trabalho difícil, ingrato, com inúmeras objecção de parte a parte, mas finalmente conseguiu-se chegar a um acordo e foi assinado a Convergência Nacionalista. E, devo dizer por experiência própria, que hoje, felizmente, ela funciona muito bem e está bastante dinâmica.

A Convergência Nacionalista já tem participado, em conjunto, em muitas actividades quer em Portugal quer nas Nações Unidas. Delegações da FRETILIN e UDT têm participado, em conjunto, em debates nas Nações Unidas, em Nova Iorque e em inúmeros encontros em vários países europeus.

Não vale a pena fazermos poesias doutrinárias ou ideológicas, quando a Pátria está ocupada. Se persistirmos no divisionismo estamos simplesmente a fazer o jogo do adversário, ou seja, da Indonésia.

A unidade de esforços é vital, é indispensável para a nossa sobrevivência. (...)

INTERVENÇÃO DO DR. LUIS GOMES (EMBAIXADOR DE PORTUGAL NA AUSTRÁLIA)

Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade que me deram em reunir com a Comunidade Timorense e seus representantes.

O meu interesse pela situação de Timor já vem de longe mas, não reflecte mais do que a preocupação generalizada do povo português por este problema.

É certo que durante um período muito conturbado da nossa vida política, Portugal virou as costas a Timor e cometeu muitos erros.

A situação é agora diferente. Começou a haver uma maior consciência do problema e, hoje, quando olhamos para as antigas colónias portuguesas que adquiriram a independência e em seguida pensamos na situação de Timor, ocupada pela Indonésia, é claro que não podemos deixar de nos sentir culpados e reconhecer os nossos erros. (...)

Hoje assiste-se, no plano internacional, a um reforço da posição de Portugal perante a defesa dos direitos de Timor-Leste. Mais do que nunca vemos uma conjugação de esforços para levar por diante a nossa luta. Porque esta luta, tal como aqui foi referido e disso podem ter a certeza, é considerada pelo Povo Português como a nossa aliada.

Foi, pois com um prazer muito especial que verificámos a presença de representantes Timorenses numa festa da Comunidade Portuguesa há pouco realizada e para a qual tive o prazer de ser convidado.

Enquanto vocês não tiverem a vossa casa, a nossa será também vossa casa.

Aqui na Austrália temos de também de abordar o problema de Timor. Tentar convencer o maior número de pessoas da justeza da nossa causa, tentar trazer para o nosso lado os que pudermos ou, pelo menos, tentar lançar a dúvida no seio das individualidades australianas.

Digo lançar a dúvida, porque lançando a dúvida, pode ser que se consiga uma menor apatia da parte das autoridades e do povo australiano.

Poderá parecer um objectivo modesto, mas estou convencido que temos de ir a pouco e pouco, temos de ter consciência de que nem tudo se consegue num dia. (...)

A informação é também muito importante. Temos que nos manter informados o melhor possível e temos de conseguir que a imprensa australiana fale de Timor, quer no campo político ou dos direitos humanos. É preciso que se fale de Timor. E depois ver qual a reacção da Indonésia, pois temos de estar preparados para ela. Seguramente, neste momento a Indonésia também atravessa uma fase de expectativa, está com os olhos postos em nós. Mas não nos convençamos que vai permanecer inactiva e sem causar perturbação por muito mais tempo.

É minha convicção de que o primeiro ponto que a Indonésia vai tentar atacar é o da Convergência Nacionalista.

Se, como julgo que é necessário fazer, analisarmos os possíveis movimentos dos nossos inimigos com o mínimo de lógica, verificamos que a situação que mais os favorece é a da divisão do povo Timorense e nunca uma conjugação de forças como acontece com a Convergência Nacionalista.

Não vou ao ponto de dizer, como aqui foi dito, deixemos as ideologias para mais tarde, porque, se me permitem este comentário, eu julgo que é extremamente importante a preparação no campo político.

Por mim considero fundamental que existam partidos políticos. Partidos bem definidos e estruturados e que levem as pessoas a sentirem um certo orgulho de a eles pertencer. São precisamente estas pessoas, que militam na vida partidária, as mais convictas da sua linha democrática e que melhor poderão contribuir para o objectivo final.

Prioritário também é o trabalho em conjunto. Mas o trabalho em conjunto não pode ser levado a cabo a pensar num único objectivo. Temos de acreditar, e acreditamos, que esse objectivo vai ser conseguido.

Logo que se consiga expulsar a Indonésia de Timor o povo Timorenses terá de tomar conta da sua casa. Terá de decidir sobre o destino de Timor, e é nesse ambiente que mais facilmente se pode criar um clima de sã convivência democrática e que permita o exercício do poder político através das instituições democráticas, o que passa obviamente pelos partidos políticos. (...)

Estes são pois alguns dos pontos que, tal como os meus colegas de mesa, gostaria de frizar. A unidade, a informação e a educação são peças fundamentais da nossa acção e é sobre eles que todos, em conjunto, representantes da Comunidade Timorenses, o Sr. Cônsul Geral e eu próprio teremos de trabalhar. (...) □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317